

FONTES, João Luís Inglês, dir.; GOUVEIA, António Camões; ANDRADE, Maria Filomena; FARELO, Mário, coord.

*Bispos e Arcebispos de Lisboa*

Lisboa: Livros Horizonte, 2018. 919 p. ISBN: 978-972-24-1868-3

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2022.11807>

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

 <https://orcid.org/0000-0001-9156-4378>

Um passo importante foi dado em ordem a uma *História da Diocese de Lisboa*. Espere-mos que possa chegar ao que Viseu (PAIVA, José Pedro, coord. – *História da diocese de Viseu*. 3 Vol. Viseu; Coimbra: Diocese de Viseu; Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016) já conseguiu, sendo o único exemplo de uma verdadeira história, que atende às diversas dimensões da vida diocesana e não apenas aos perfis episcopais e estes vistos no ângulo da relação com o poder político.

Para comemorar o tricentenário do Patriarcado, o historiador e Patriarca de Lisboa Dom Manuel Clemente envolveu o Centro de Estudos da História Religiosa (CEHR), que durante três anos, sob direção de João Luís Inglês Fontes, reuniu investigadores dedicados a produzir biografias seja dos bispos, desde Potâmio a 1383, seja dos arcebispos, de 1393 à criação do Patriarcado em 1716.

Dentro do novo espírito, seguido no CEHR desde 1988, como destaca Paulo Fontes (pp. 15-18), seu atual Diretor, em ordem a uma renovação da historiografia portuguesa, formou-se uma equipa especializada em história medieval e moderna, proveniente de diversas instituições de ensino e de investigação, cultivadores do campo denominado história religiosa. Ao Centro de Estudos de História Religiosa se deve o suporte institucional, logístico e de secretariado necessário a conduzir o projeto a bom fim.

A idealização da obra, devida a João Luís Inglês Fontes, contou com a colaboração científica dos investigadores António Camões Gouveia, Maria Filomena Andrade e Mário Farelo, que por sua vez convocaram autores e instituições e uniformizaram critérios e reviram o material coligido.

A obra reúne três tipos de textos: biografias, prelado a prelado desde 1147; estudos de enquadramento geral da diocese nos períodos históricos: época romana, visigótica, moçárabe, da restauração do bispado até 1383 e desde a elevação a arcebisado até 1710; bem como imagens e textos em ordem a um corpo iconográfico (p. 689-785). Fica bem patente, na introdução dos coordenadores do volume, a proposta de ir além do olhar descritivo dos episcopados e acolher as potencialidades de uma “compreensão integrada” dos percursos episcopais na vida eclesial, política e cultural. Logo previnem da carência de levantamento de fundos documentais existentes, para além da perda ocorrida no terramoto de 1755. De facto, estão por desbravar, em grande parte, os acervos dos *Archivo Apostolico Vaticano* e *Biblioteca Apostolica Vaticana*. E mesmo os fundos remanescentes em Portugal, na Torre do Tombo ou até no Patriarcado, continuam a requerer atenção.

A lista dos bispos olisiponenses foi cronologicamente retificada, graças aos estudos de quatro dezenas de colaboradores peritos nas diversas épocas e com contributos inovadores.

---

Sublinha-se o avanço historiográfico conseguido para os bispos anteriores à conquista cristã da cidade e sobre os primeiros passos da restauração da diocese, bem como para o governo episcopal da cidade no tempo do papado em Avinhão.

Os autores procuram conjugar a narração acessível a um vasto público ao rigor da investigação. Assim, aliviam as referências documentais e remetem para a bibliografia final (p. 793-865). Por outro lado, este livro valoriza e recolhe a dimensão iconográfica, patente na sigilografia (com estudo de Maria do Rosário B. Morujão, p. 703-711) ou na tumulária (a cargo de Carla Varela Gomes e Pedro Flor, p. 745-760), em retratos coevos dos bispos e arcebispos ou na heráldica (a cargo de Miguel Metelo de Seixas, p. 691-701), ou ainda em obras ou textos a que o seu nome permanece ligado. Muito informado o contributo de Fernanda Maria Guedes de Campos – *Cultura escrita dos bispos e arcebispos de Lisboa: Livros e leituras* (p. 713-733). Igualmente não foi esquecida *A encomenda artística episcopal: três casos para uma introdução ao tema*, de Paulo Almeida Fernandes (p. 735-744). Esta particular atenção iconográfica oferece imagens inéditas e aponta para a necessidade de prosseguir esta vertente, encontrando ainda material litúrgico, quer de paramentaria quer de ourivesaria relativa às figuras estudadas.

O primeiro capítulo do volume articula-se em três partes que correspondem à época das origens até à restauração. Inicia com o estudo de António Montes Moreira – *Potâmio e a diocese de Lisboa em época romana (séc. III-V)*. Tratando-se do grande especialista do autor, objeto da sua tese, publicada em 1969, o trabalho atende criticamente à investigação entretanto surgida. O olhar limita-se à dimensão teológica, única documentada.

Para *Os prelados de Lisboa na época visigoda (476-711/714)* também se recorre à autora de trabalho académico sobre e época, Ana Maria Jorge. Resume aqui o resultado da sua investigação, não obstante as raras notícias de bispos como Paulo (589) e sete nomes para o século VII.

A escassez de dados documentais prossegue na primorosa síntese de Paulo Almeida Fernandes – *Sinais de vitalidade cristã sob domínio islâmico: a diocese moçárabe (711/714 – 1147)*. Mas aqui, o recurso à história da arte e à arqueologia oferecem alguma luz. Pouco se conhece da Lisboa islâmica com alguns elementos arquitetónicos, mas são os vestígios materiais a conduzir à conclusão que no século IX a comunidade moçárabe de Lisboa passa da “invisibilidade” ao florescimento e no século X revela um programa de utilização de edifícios para a comunidade, seja na zona alta seja na zona ribeirinha. Conjugando fragmentos e estudos recentes o autor mostra que a comunidade moçárabe manifestava “preponderância social” nas vésperas da conquista de 1147.

O longo e rico capítulo dos “Bispos de Lisboa, séculos XII-XIV” (p. 87-430) é introduzido (p. 87-121) a duas mãos, por Maria João Branco (1147- 1279) e Hermínia Vilar (1279-1393). Maria João Branco salienta a importância definidora da refundação da diocese, mostrando tendências determinantes para o futuro: “relação com oligarquias locais, as relações com o próprio cabido e com as restantes ordens religiosas e militares [...] e finalmente as relações com o rei, com Braga, com Compostela e com o papado” (p. 93). Em momento da construção do reino e de consolidação de procedimentos canónicos nos concílios medievais de Latrão, configura-se um modelo durável de episcopado, entre permanente instabilidade causada por problemas legais e conflitos de interesses, a começar pela atribulada eleição dos bispos – geralmente provenientes do cabido – que atinge o auge entre 1233-1239, com quatro candidatos sucessivamente indicados sem efetiva posse e desordens consequentes. Sobre a

vida pastoral das comunidades pouco se retira dos sínodos e constituições sinodais. O intervencionismo régio é denunciado pelo legado papal, ao qual não se deve chamar ainda “núncio apostólico” (p. 106).

Hermínia Vilar anota a crescente centralidade de Lisboa, como lugar privilegiado de residência da corte e de interface comercial. Novos modelos de relacionamento entre poderes operam desde D. Dinis (1279-1325). As sucessivas concordatas após 1289 revelavam mais “esforços conjunturais de apaziguamento entre as partes do que de resolução efetiva das áreas de conflito” (p.113). Os preferidos do rei parecem dominar na sede lisboeta, por recompensa de serviços e confiança, embora o cargo episcopal conduzisse os escolhidos a defender os direitos diocesanos. Seguir-se-ia, no período de Avinhão, a nomeação papal de eclesiásticos estrangeiros sobretudo franceses, acentuando a natureza fiscal da intervenção, por força da cobrança de impostos e controle de rendimentos. No tempo de cisma, Vilar oferece o quadro geral das obediências a Avinhão e a Roma e como a fidelidade de D. João I a Roma seria premiada com a constituição da nova arquidiocese, em 1393. Poderia evidenciar-se a emergência de Lisboa com Braga a perder todas as sufragâneas na Galiza, iniciando um processo de “nacionalização da Igreja em Portugal! As biografias dos bispos dividem-se por vários autores, que aqui elencamos: Maria João Branco – *Gilberto de Hastings (1147-1163/1165)*, *Airas Vasques (1244-1258)*; Filipa Roldão – Álvaro (1164/1165-1184); Hermenegildo Fernandes – *Soeiro (1185-1209)*; Jonathan Wilson e Maria João Branco – *Soeiro Viegas (1211-1233)*; Saul António Gomes – *Paio (eleito 1233)*, *João Fulberto (eleito 1233-1234)*, *Estêvão Gomes (eleito 1234-1237)*, *João Rol (1239-1241)*; José Antunes – *Mateus (1262-1282)*; Leontina Ventura – *Estêvão Anes de Vasconcelos (1286-1287)*; Hermínia Vasconcelos Vilar – *Domingos Anes Jardo (1289-1293)*; Justiniana Maciel – *João Martins de Soalhães (1294-1313)*; Maria Filomena Andrade – *Estêvão Miguéis (1313-1322)*; Maria Helena da Cruz Coelho – *Gonçalo Pereira (1322-1326)*; Bernardo Vasconcelos e Sousa e Mário Farelo – *João Afonso de Brito (1326-1342)*; Armando Norte – *Vasco Martins (1342-1344)*; Mário Farelo – *Estêvão de la Garde (1344-1348)*, *Teobaldo de Castillon (1348-1356)*, *Reginaldo de Maubernard (1356-1358)*, *Agapito de Colonna (1371-1380)*, *João de Agoult (1378-1380)*, *João Gutierrez (1381-1382)*; André de Oliveira Leitão – *Lourenço Rodrigues ou Lourenço Martins de Barbudo (1358-1364)*; Jorge Diaz Ibanez e Mário Farelo – *Pedro Gómez Barroso, o jovem (1364-1369)*; Jorge Diaz Ibanez – *Fernando Alvarez de Albornoiz (1369-1371)*; André de Oliveira Leitão e Armando Nobre – *Vasco Rodrigues (eleito, 1371)*; Armando Alberto Martins – *Martinho Anes de Zamora (1379-1383)*.

A segunda parte da obra (p. 433- 760) abre com introdução de Mário Farelo: *Os arcebispos de Lisboa (1393/1395 – 1710)*. Enquadra a execução da Bula de Bonifácio IX *In Eminentissimae dignitatis* (10-11-1393), resultado de um pedido já formulado em 1380, mas apenas obtido na nova conjuntura criada pelo mestre de Avis. O historiador ressalta a preeminência social e económica de Lisboa, a obediência do reino ao papa de Roma, a proximidade geográfica de Guarda, Évora e Lamego (dependentes de Compostela) e de Silves (pertencente à metrópole de Sevilha). Os 20 prelados que ocuparam a sede arquiépiscopal são recrutados por indigitação régia e, após 1562, por apresentação do monarca. Daí a escolha de figuras do serviço régio, se não mesmo familiares sobretudo a partir do século XV, e oriundos na quase totalidade da nobreza. A formação académica dos candidatos episcopais efetuada no estrangeiro, em Quatrocentos, passa a ser realizada no Reino. O facto de ser uma diocese rentável

---

recompensa clérigos próximos da corte ou bispos com provas dadas em outras dioceses, o que torna breves os magistérios após Quinhentos. Farelo sublinha a dimensão da estrutura jurídica do arcebispado (tribunal, constituições sinodais, visitas), ultrapassando os limites cronológicos com antecedentes da parte anterior, o que tende a repetir em diversas passagens da sua introdução que pouco prepara o leitor para os séculos XVII-XVIII. Deixamos as suas palavras: “o retrato que se pode esboçar dos arcebispos que detiveram a cátedra de Lisboa permanece deveras incompleto.[...] Se a normativa conservada permite registar muitas das respetivas preocupações pastorais e religiosas e algumas das suas intervenções na organização e gestão do espaço diocesano, fica por conhecer também o que pensavam do mundo ou do relacionamento com os restantes poderes da sociedade”.

As fichas relativas a cada arcebispo são assim distribuídas: Armando Alberto Martins – João Anes Escudeiro (1384-1402); João Luís Inglês Fontes – João Afonso Esteves de Azambuja (1402-1415); Hermínia Vasconcelos Vilar – Diogo Álvares [de Brito?] (1451-1422); Néstor Vigil Montes – Pedro de Noronha (1423-1452); Luís Filipe Oliveira – Luís Coutinho (1452-1453); L. F. Oliveira e Mário Farelo – Jaime de Portugal (1453-1459); Gonçalo Melo da Silva – Afonso Nogueira (1460-1464); Margarida Garcez Ventura – Jorge da Costa (1464-1500); Margarida Leme – Martinho da Costa (1500-1521); Ana Isabel Buescu – Afonso de Portugal (1523-1540); Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (1540-1564); Amélia Polónia – Henrique de Portugal (1564-1569); Paulo Catarino Lopes – Jorge de Almeida (1569-1585); Fernanda Olival – Miguel de Castro (1586-1625); Hugo Ribeiro da Silva – Afonso Furtado de Mendonça (1626-1630); João Rocha Nunes – João Manuel (1632-1633); Ana Isabel López-Salazar – Rodrigo da Cunha (1635-1643) e Maria Paula Marçal Lourenço – António de Mendonça (1670-1675), Luís de Sousa (1675-1702), João de Sousa (1703-1710). Excetuando esta última, muito dependente de obras publicadas, e Ana Isabel Buescu, quase há um autor para cada arcebispo, o que se facilita uma execução mais veloz da obra, por vezes desequilibra a abordagem, pois arcebispo com dois anos de governo têm tanto espaço como os com dezenas de anos de magistério episcopal.

A meu ver, seria de prestar atenção ao governo da diocese entre 1643 e 1675, bem como à presença de bispos coadjutores, titulares de Targa: Manuel dos Santos (1540-1570), Tomé de Faria, OCarm (1616-1628), tradutor dos Lusíadas para latim; Gaspar do Rego da Fonseca (1632-1636), antes de ser bispo do Porto; Francisco de Souto Maior, CRSA, bispo entre 21-07-1638 e 03-11-1669, que durante alguns anos era o único bispo no reino. Teria como sucessor Bernardino de Santo António, OFMObs, confirmado a 17-12-1674 e falecido em 1700. Cristóvão de Almeida, OSA, foi auxiliar de Lisboa com o título de Martyria (1672-1679). Seria útil consultar o processo de mudança de Rodrigo da Cunha de Braga para Lisboa, que se encontra por acaso no *Archivio Nunziatura Lisbona* (56, fasc.1, ff. 6-34).

A qualidade gráfica e o cuidado posto na revisão concedem ilustração e limpidez ao texto, com pouquíssimas gralhas.

Este sólido ponto de partida constituirá base segura para a escrita de uma história da Diocese de Lisboa.